

Eixo Capital



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

TJDFT registra 68 ações de indenização por dano moral por dia

De acordo com dados obtidos pelo DataJud, painel de estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de processos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), relacionados à indenização por dano moral, chegou a 14.525 no primeiro semestre de 2023.

Os números indicam que, em média, 68 ações de indenização por dano moral são protocoladas diariamente no sistema da Justiça local. Embora o painel não apresente dados do ano anterior nesse mesmo recorte, o total de processos em 2023 alcançou 22.504 — uma média de 61 por dia. Esse é o maior número registrado desde 2020, quando a estatística começou a



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

ser contabilizada pelo CNJ no Distrito Federal.

O TJDFT reconhece que pessoas jurídicas também podem ser vítimas de dano moral quando sua honra é atingida, justificando o pagamento de indenizações como compensação pelos prejuízos à imagem, à admiração, ao respeito e à credibilidade.

Banco pede para localizarem o "04"

O banco Santander solicitou ao TJDFT que intime Jair Renan, filho mais novo de Jair Bolsonaro (PL), em relação ao saldo remanescente de uma dívida com a instituição bancária. No fim de agosto, a 1ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e Conflitos Arbitrais de Brasília localizou R\$ 16,6 mil nas contas de Jair Renan e bloqueou o valor para a quitação parcial da dívida, que totaliza R\$ 360,2 mil.

O banco agora requer que Jair Renan seja localizado em seu novo endereço, além de ser notificado sobre o bloqueio. Atualmente, o filho do ex-presidente não reside mais em Brasília e é candidato a vereador pelo PL em Balneário Camboriú (SC). A defesa de Jair Renan informou que não se pronunciará sobre o processo.



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

5.589 mandados de prisão em aberto

O Distrito Federal tem 5.589 mandados de prisão em aberto, conforme informações do sistema interno do CNJ. Entre os procurados, há acusados de variados crimes, fugitivos da Papuda e até suspeitos de feminicídio, como Francisco Cícero da Silva, de 42 anos, apontado como responsável pela morte de sua ex-companheira Fernanda dos Santos Pereira, 33, em 17 de junho, em São Sebastião. Investigadores consultados pela coluna acreditam que o acusado esteja fora da capital federal.

Gasolina pesada no bolso

O preço da gasolina voltou a subir nos postos do Distrito Federal, com valores chegando a R\$ 6,10 por litro. No entanto, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as regiões Norte e Nordeste têm registrado os preços mais altos em 2024. O presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, informou à coluna que o preço médio da gasolina na capital federal está em R\$ 6,19, enquanto a média nacional é de R\$ 6,10.

“Não houve nem aumento nem queda significativos no preço da gasolina nas últimas três semanas. O que ocorreu foi uma ‘guerra de preços’ entre os postos do DF, que reduziram os valores até o preço de custo, chegando a R\$ 5,57. Essa situação é comum e acontece frequentemente. Agora, os preços voltaram ao patamar original, pois os postos não podem se sustentar com preços promocionais por muito tempo sem sofrer prejuízos”, explicou Tavares.

Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



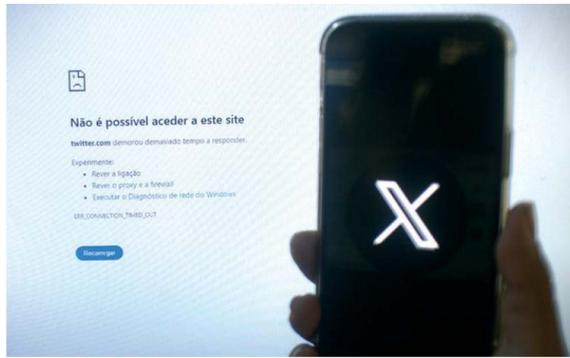
Distrital quer mais acesso ao X

O deputado distrital Thiago Manzoni (PL) apresentou um projeto de lei que autoriza pessoas físicas e jurídicas do Distrito Federal a utilizarem a ferramenta Virtual Private Network (VPN) para acessar a rede social X (ex-Twitter). A plataforma, de propriedade do bilionário Elon Musk, está suspensa no Brasil desde 30 de agosto, por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Ao justificar o projeto, o parlamentar destacou que a medida visa proteger a liberdade individual e garantir o respeito à Constituição Federal, em oposição à decisão do STF, que impôs uma multa diária de R\$ 50 mil para aqueles que utilizarem VPNs para acessar o X. Para Manzoni, a decisão de Moraes é inconstitucional, ilegal e contrária aos princípios democráticos.

O projeto deverá tramitar nas comissões de Defesa do Consumidor (CDC), Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCMAT) e Constituição e Justiça (CCJ). É bem provável que, caso seja votado e aprovado pelos distritais no plenário, seja vetado pelo Executivo local, por ser considerado inconstitucional, segundo consultou à coluna com juristas.

Ed Alves/CB



EPIs em falta para bombeiros?

Uma denúncia sobre a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para bombeiros e brigadistas no combate aos incêndios no Distrito Federal chegou ao conhecimento de alguns gabinetes da Câmara Legislativa (CLDF). A coluna apurou que, pelo menos, quatro parlamentares receberam informes, acompanhados de imagens, relatando a ausência de equipamentos essenciais para o trabalho dos socorristas.

A deputada Paula Belmonte (Cidadania), uma das parlamentares que recebeu a denúncia, informou à coluna que teve acesso ao material e, no mesmo dia, enviou um ofício ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) solicitando esclarecimentos. “É injusto que bombeiros e brigadistas, que estão se esforçando ao máximo para controlar as queimadas, realizem um trabalho de excelência sem os equipamentos adequados”, afirmou a deputada.



TCDF vai homenagear Celina e ministros

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) homenageará autoridades e servidores com a comenda da Ordem do Mérito de Contas Ruy Barbosa, em cerimônia prevista para hoje. Entre os homenageados no grau Grã-Cruz, estão a vice-governadora Celina Leão (PP), o ministro do STF Edson Fachin, o ministro da Secretaria de Comunicação do governo federal, Paulo Pimenta; e o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Waldir Leônico Lopes Júnior.

No grau Grande Oficial, receberão a comenda o vice-presidente da CLDF, Ricardo Vale (PT), o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Raul Araújo, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca, entre outros.

Ao todo, 38 pessoas serão agraciadas com a honraria, instituída em 2004 pelo então presidente e atual conselheiro Manoel de Andrade, conhecido como “Manoelzinho”.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PATRIMÔNIO / Arquitetos e urbanistas criticam construção de empório gastronômico ligado a uma rede atacadista no entorno do Estádio Mané Garrincha, próximo à W3 Norte, e dentro de área tombada da capital do país

Puxadinho no Eixo Monumental

» MILA FERREIRA
» GIOVANA SFALSIN*
» ARTHUR DE SOUZA

Mais um empreendimento está sendo construído nas imediações do Estádio Mané Garrincha, na área próxima à W3 Norte, e tem provocado polêmica entre arquitetos e urbanistas. De acordo com a assessoria da Arena BRB, concessionária responsável por gerir a área, trata-se de um empório conceito do grupo Costa, uma rede atacadista de supermercados. Consultada, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), disse que, uma vez que a área é concedida, a empresa responsável pela concessão tem autonomia pela área que circunda o estádio. Especialistas ouvidos pelo **Correio** criticaram a obra e pontuaram que a construção fere regras do uso e ocupação do solo, além de contrastar com a qualidade das construções que fazem parte do Eixo Monumental.

A obra havia sido embargada em 2023 por falta de alvará da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do DF (Seduh), mas foi retomada em maio. Segundo a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal),

faltava o documento necessário para a construção. No entanto, como a autorização foi concedida, a obra seguiu. O **Correio** apurou que se trata de um empório gourmet que oferecerá a venda de produtos gastronômicos finos, como queijos e vinhos.

Funcionários que trabalham no local relataram à reportagem que a obra começou em 2023, mas foi paralisada por problemas com a regularização, sendo retomada em maio deste ano. De acordo com o engenheiro responsável pela obra, que se identificou apenas como Juliano, o prazo de entrega é até o fim de dezembro, pois leva um mês para que a montagem da loja seja finalizada.

“Descalabro”

À época da cessão do estádio, havia contrapartidas e a principal era a realização de um concurso público para a urbanização e ocupação correta do entorno do estádio. “Mas o que vemos, na verdade, é uma concessão que realizou um concurso a contragosto. O projeto vencedor é magnífico e nunca foi executado. Em vez disso, a concessionária está fazendo uma série de puxadinhos absolutamente

Giovana Sfalsin/CB/D.A.Press



Obra foi retomada em maio, após ter sido embargada por falta de documentação

descabidos no entorno do estádio, muitas vezes cercando o estádio para a realização de eventos. É um descalabro, nada no Eixo Monumental pode ser cercado”, argumentou o urbanista Pedro Grilo. “Isso torna aquele lugar, que já é inóspito, precário e horroroso. As intervenções já feitas lá foram provisórias, mas

contrastam demais com a qualidade das obras que existem no eixo, como, por exemplo, o Palácio do Buriti”, completou.

Pedro Grilo afirmou ainda que é contra as obras que estão sendo realizadas ao redor do estádio. “É uma precarização, com construções provisórias e inadequadas para o entorno daquele espaço.

O governo deveria pressionar a concessionária para construir o que foi projetado, ou então retirar a concessão o quanto antes, para que a gente recupere a qualidade do entorno do estádio, que hoje é terrível”, ressaltou.

Urbanista e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de



É uma precarização, com construções provisórias e inadequadas para o entorno daquele espaço”

Pedro Grilo, urbanista

Brasília (UnB), Frederico Flósculo salientou que há impasses ainda sobre o uso do solo. “Há um problema sério que diz respeito à condução das propostas, que deveriam ser feitas com base em análises diagnósticas e pesquisas. Brasília tem espaço suficiente para muita coisa acontecer sem que nenhuma questão relacionada ao tombamento seja levantada”, criticou. “As políticas públicas têm de ser consumadas de maneira fundamentada, científica e técnica. Não vemos nada disso. Tem coisa que não vai contra o tombamento, mas vai contra o bom senso. O GDF tem que ouvir a população também e isso não está sendo feito”, acrescentou.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira